

DOSSIÊ
BRASÍLIA



Uma análise da cidade planejada e da estrutura sócio-econômica do DF

Brasília, Brasil

O Distrito Federal constituiu-se com partes dos antigos municípios goianos de Luziânia, Formosa e sobretudo, Planaltina.

Através da história desses três municípios, a região viu-se inserida nas principais estruturas econômicas ou ciclos que caracterizavam, no passado, a história do Centro-Oeste e de boa parte de Minas Gerais.

No século 18 foi o tempo da mineração de ouro e da apropriação do solo pela formação de grandes fazendas, sesmarias de criação de gado em que havia também lavouras de subsistência. Para o território do DF, nesta época remota, Altamiro Pacheco identificou 23 grandes fazendas ou sesmarias, ocupando todo o espaço.

No século seguinte, o 19, acabado o ouro, a região notabilizava-se como um dos pontos centrais de comércio do gado que vinha do nordeste goiano e era exportado para a Bahia, Pernambuco e intensamente para o complexo cafeicultor do Rio e de São Paulo. De lá, por sua vez, provinham as tropas comerciais para o abastecimento das províncias de Goiás e de Mato Grosso.

Na altura do DF justamente bifurcavam-se essas duas correntes de exportação e importação, a saber, a estrada salina da Bahia (via Formosa), a estrada de Minas e São Paulo (via Luziânia), elegendo-se Meia Ponte (Pirenópolis) como um dos centros comerciais mais ativos do interior do Brasil, no século passado.

Após meados do século 19, com a expansão do café em São Paulo, as relações comerciais, com a Bahia passaram a segundo plano, reduzindo-se ainda mais com a chegada da ferrovia em Goiás, em 1914.

Entramos assim no ciclo mercantil-exportador, em que Anápolis, na condição de terminal ferroviário, passa a comandar toda uma nova dinâmica econômica na região central de Goiás, suprindo os mercados urbanos que surgiam no Centro-Sul do País, sobretudo São Paulo. Esse movimento se intensifica após a Revolução de 1930, com a abertura de novas fronteiras agrícolas, como a Colônia Agrícola Nacional de Ceres.

As regiões de Formosa e de Luziânia furtaram-se um pouco a esse processo de desbravamento agrícola predatório, embora em meados do século, Formosa já se estruturasse solidamente como uma capital subregional, aberta às migrações e ao comércio com o norte de Minas e com o nordeste goiano.

Destacava-se também, junto com Luziânia e Cristalina, pela excelência de seus colégios, em que pontificavam grandes intelectuais da época, como Americano do Brasil e Gelmires Reis.

Com a mudança da capital de Goiás, da antiga Vila Boa para Goiânia, o quadro anterior foi se alterando pouco a pouco, em detrimento da região brasiliense, que se retardou e se obscureceu nesse ritmo de grandes mudanças estruturais, geradas pela criação de Goiânia e pelo desbravamento do Mato Grosso Goiano, região de grandes florestas que existia em volta de Goiânia.

No entanto Goiânia e o alargamento de fronteiras no interior de Goiás viriam pousar como uma luva, uma prova real e pragmática, sobre a velha ideologia de mudança da capital federal para o centro do País.



Igreja colonial em Santa Luzia (Luziânia), fundada em 1746



Brasília, destino certo para um futuro complexo — foto 1957

Homo Brasiliensis?

A região geológica do planalto brasiliense é uma das mais antigas do mundo, situada em terreno pré-cambriano, proterozóico. Aflorou à superfície dos mares há cerca de 4 bilhões de anos, sob a forma de vulcões e montanhas altíssimas, que se extinguíram e se metamorfosearam ao longo desses bilhões de anos, transformando-se nessas chapadas onduladas de horizontes abertos, que tão bem caracterizam a região de Brasília.

Milhões de anos depois, surgia, em uns poucos pontos do país (como a Chapada dos Veadeiros, a Brasiliense e a Serra do Cipó, em Minas), a vegetação-matriz dos cerrados, que ao contrário do que se pensa, não é uma degenerescência das matas do tipo atlântico ou amazônico, mas estas sim, é que são sucessoras das matizes vegetais do cerrado, transpostas e adaptadas, ao longo de milhões de anos, para regiões com outros tipos de solo e de clima. Tais são as conclusões de R. Goodland, M. Ferri e de diversos simpósios sobre a ecologia do cerrado.

Finalmente obteve-se em 1985, levantadas por arqueólogos da Universidade Católica de Goiás, surpreendentes evidências da presença, há 43.000 anos, do homem americano no município goiano de São Domingos, cerca de 400 km. ao norte de Brasília.

Ora, antes dessa descoberta, a mais antiga evidência humana nas Américas datava de 30.000 anos, na região dos Lagos Secos, nos EUA.

Perplexos, os arqueólogos se interrogam. Os da escola francesa, admitem inclusive a existência do homem no Brasil há um milhão de anos, o que, por hipótese, transferiria o berço da humanidade da África para a América do Sul, implodindo parcialmente, nessa passagem, a tese muito difundida que faz provir o homem americano da Ásia, via estreito de Behring, numa migração através da região gelada entre o território soviético da Sibéria e o território norte-americano do Alasca.



A primeira missa de Brasília, em 03 de maio de 1957

Tudo muito antigo e novo

Segundo o historiador Henrique Silva, o planalto brasiliense já teria sido visitado na bandeira descobridora das minas de Goiás, por volta de 1742, capitaneada pelo paulista Anhanguera Filho, apelido de Bartolomeu Bueno da Silva, fundador de Goiás-Velho. Aduz que o nome de rio São Bartolomeu, um dos principais do DF, seria uma homenagem ou referência à passagem do velho bandeirante pela região.

Certo mesmo é que um dos principais integrantes dessa bandeira, Urbano do Couto, deixou seu nome e sua lenda para sempre ligados à História do DF, com a sesmaria ou fazenda do Urbano, nas imediações de Brazlândia. Urbano, falecido em Jaraguá na segunda metade do século 18, deixou um enigmático «roteiro» sobre a mais rica mina de ouro, que dizia ter visto em meio século da história antiga de Goiás. Nesse roteiro, que incendiou a imaginação de sucessivas gerações, estão claramente identificadas as lagoas Feia e a Formosa.

Lendas à parte, o historiador Americano do Brasil cita, já em 1736, a instalação de um posto fiscal na lagoa Feia, em Formosa, sobre a estrada que se abria clandestinamente de Salvador, na Bahia, até as então riquíssimas minas de Goiás.

A estrada da Bahia ou estrada do Sal vinha de Formosa e segundo o mapa de Tomé de Souza (1778), passava logo depois por um arraial denominado São João das Três Barras, talvez a velha Mestre D'Armas, depois Altamir, depois Planaltina-DF. Atravessando ao norte do Plano Piloto, ia esse caminho bifurcar-se, segundo Saint-Hilaire (1819), no morro do Tição, com a estrada que vinha de Santa Luzia (Luziânia), até Santo Antônio do Descoberto, localidade muito antiga, que já existia em 1756, em função, como o nome indica, de um descoberto de ouro. Mais tarde passou a chamar-se Santo Antônio dos Montes Claros.

A mais importante cidade histórica do Planalto Brasiliense, no entanto, sempre foi Luziânia, antiga Santa Luzia, fundada em 1746, por Antônio Bueno de Azevedo e outros mineradores vindos de Paracatu do Príncipe. Santa Luzia foi um opulento arraial aurífero. Segundo Gelmires Reis, por volta de 1770, estava pronto o famoso rego da Saia Velha, que captado nas proximidades do Gama-DF, estendia-se por 40 km, para a lavagem de mineral aurífero nas proximidades de Luziânia. Quatrocentos escravos teriam trabalhado em sua construção.

Lago Paranoá - o principal determinante

Foi de A. Glaziou a primeira determinante de Brasília. A ditadura de um lago.

O botânico Glaziou, consciente da secura do clima do Planalto Central, considerava essencial a formação de um lago que ao mesmo tempo amenizasse o clima e servisse como repositório de peixes para a alimentação da cidade.

Dentro da utopia racionalista e naturalista do século passado, Glaziou estava coberto de razão. Os sucessivos presidentes da Comissão de Localização do DF endossaram Glaziou, e o Lago Paranoá já nasceu como uma determinação indiscutível do projeto.

Foi uma idéia surgida da formação do terreno que apresentava um extenso fundo de vale, e na verdade transformou-se no imperativo de todas as propostas, que deveriam obedecer a uma conformação previamente determinada: a existência do lago.

Se erro cabe à concepção de Brasília, deve-se portanto, prioritariamente ao botânico Glaziou, que lhe fez um leito de ferro — o Lago Paranoá. Da beleza que era para ser, na concepção racionalista, tornou-se a lata de lixo da vida urbana do Plano Piloto, e não fonte de alimento e lazer.

Por sua vez, os urbanistas, na época, não contestaram a idéia, deixando que se consumasse um fato altamente discutível hoje. Por que um grande lago e não uma série de cascatas e pequenas lagoas?

Nomes e lugares

Quem se der ao trabalho de olhar o mapa do DF no sentido norte-sul e oeste-leste, vai se deparar com as seguintes peculiaridades históricas:

— Brazlândia — fundada em princípio deste século pela família luzianense dos Bráz, que mantém há mais de um século a festa religiosa-familiar do mesmo nome.

— Fazenda do Urbano ou Santa Cruz — sesmaria do século 18, fundada por Urbano do Couto e Menezes, bandeirante que veio com a expedição do Anhanguera, descobridor de Goiás, em 1722.

— Vão dos Anjicos — Há referências em Cunha Mattos (1824), a "este pequeno arraial que principia agora, junto a uma ermida que se está edificando. Tem três casas e está a 24 léguas ao noroeste de Santa Luzia, a cujo julgado pertence. Os seus habitantes são agricultores e criam gado". Seria lá, à direita de Brazlândia?

— Sobradinho — antiga sesmaria (século 18) de Sobradinho dos Melos, nome reatificado nos primórdios da construção de Brasília, por existir ali, em uma cruz, duas casas sobrepostas de joão-de-barro.

— Planaltina — data de fins dos anos 1700 e denominou-se sucessivamente Mestre D'Armas, Altamir e finalmente Planaltina.

— Pipiripau — sesmaria do século 18.

— Taguatinga — já existia em 1856 o registro paroquial da fazenda Taguatinga. Essa denominação, deve estar completando portanto perto de 200 anos.

— Ceilândia — denominação moderna. Vem da sigla CEI — Campanha de Erradicação de Invasões.

— Cruzeiro — data do levantamento de um cruzeiro, atrás do memorial JK, nos primórdios da construção de Brasília.

— Plano Piloto — foi edificado em terras da antiga fazenda Bananal, já existente em 1856.

— Paranoá ou Paranaú — denominação com que aparece nos registros paroquiais de 1856. Represado, o aurífero rio Paranoá transformou-se no Lago de Brasília.

— Papuda, Taboquinha, Quebrada dos Guimarães e dos Nery — todas estas fazendas já existentes no século 19.

— Vargem da Bênção — segundo Gelmires Reis, deve-se o nome a um bispo de Goiás-Velho, que encantado com a beleza do lugar o abandonou.

— Gama — no século 19, fazenda do Gama, que existia à época da construção de Brasília.

Roteiro de uma ideologia

A idéia da expansão interna do Brasil e a subsequente interiorização de sua capital, sempre esteve presente nos meios pensantes portugueses e brasileiros, como em Frei Vicente do Salvador, D. Luis da Cunha, entre os inconfindentes mineiros, em William Pitt, em Hipólito José da Costa, José Bonifácio de Andrada etc. não cabendo aqui esclarecer controvérsias a respeito.

Cabe, porém, indiscutivelmente a Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, o grande historiador, o mérito de ter sistematizado essa idéia — força. Em 1877 abala-se de Viena, onde era embaixador do Brasil, para realizar uma viagem de reconhecimento ao planalto brasiliense, chegando a Formosa em 28 de julho daquele ano.

Vinda da independência e do império, a ideologia encorpa, adquire força de lei na constituinte de 1891, que expressa ficar "pertencendo à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 km, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura capital federal". Rapidamente montou-se a comissão reconhecadora, sob a chefia do Dr. Luis Cruls, que em 1984 já publicava seu relatório com a indicação do quadrilátero Crulls, atual DF.

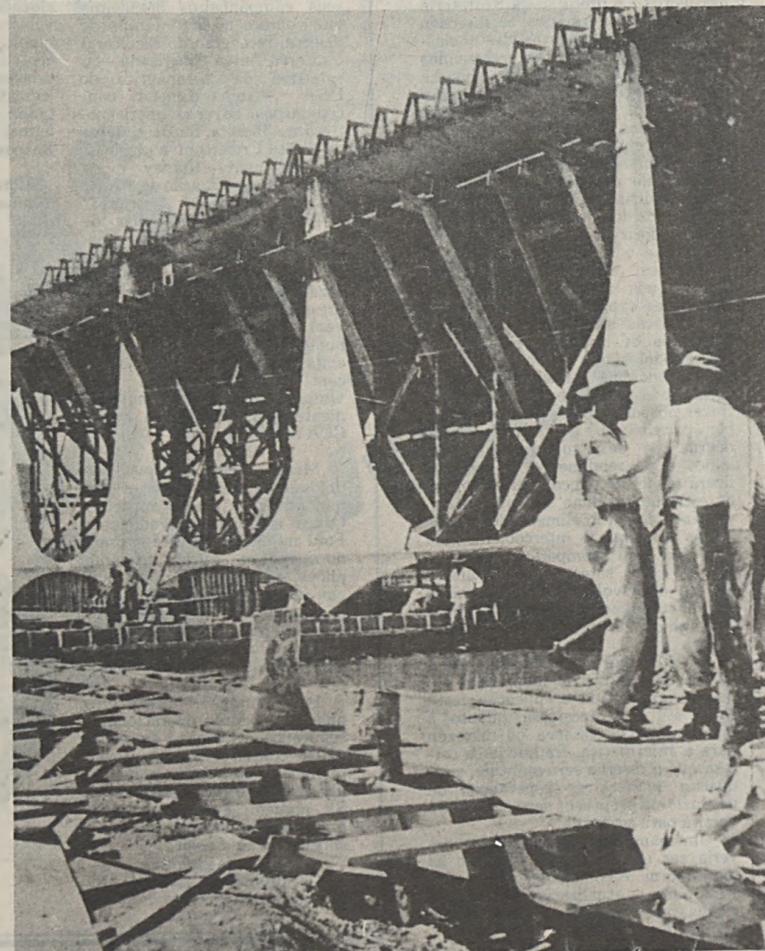
Através da parafarnalia da 1ª República, só em 7 de setembro de 1922, um projeto de lei dos deputados Americano do Brasil e Rodrigues Machado conseguiu que fosse erigida a Pedra Fundamental, existente nas proximidades de Planaltina. Durante o Estado Novo abandonou-se a idéia, que só foi resgatada pela Constituição de 1946, criando-se

Pedra fundamental da capital, erigida em 1920

nova comissão de estudos, a Poli Coelho, a que se sucederam na presidência os generais Caiado de Castro e José Pessoa.

Já em 1955 o relatório Belcher reafirmava a localização e os estudos do sítio, e em 1956 o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira namorava a obra gigantesca.

Relutando ainda JK em cumprir o impositivo constitucional da mudança da capital, os políticos goianos, com apoio dos nordestinos, exaustos por tantas prorrogações da velha ideologia da mudança, empreenderam com o consentimento do Presidente as ações de desapropriação no quadrilátero do DF às custas do tesouro goiano. Uma vez comprado e resgatado o famoso sítio Castanho, iniciou-se Brasília em 1957.



Brasília. 26 anos de realidade, 29 de utopia, quase um século de sonho, e dois séculos e meio de história regional. Iniciamos hoje a série "Dossiê Brasília", que propõe ao leitor diversas reflexões sobre a realidade em que vivemos. A partir da história da região, por vezes desconhecida, desembarcamos nas diversas contradições que medeiam entre a criação e a vida dessa cidade símbolo da sociedade brasileira moderna. O "Dossiê Brasília" foi dividido em várias partes que serão apresentadas regularmente. Esta primeira parte será uma incursão pela história antiga do Centro-Oeste brasileiro, descobrindo sua origem, o homo brasiliensis, percorrendo todo o caminho para se chegar até a criação de Brasília, no "rabisco" genial de Lúcio Costa.



"... dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz"

Vence o "rabisco" de Lúcio Costa

"Nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em um ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz."

Da simplicidade da proposta surge a decisão do júri. Foi difícil compreender porque Lúcio Costa venceu o concurso. Com um traçado simples da cidade, apenas um esboço acompanhado de um memorial descritivo, contrastando com os vários volumes de dados, planos, enormes painéis e maquetes apresentados pelos demais participantes.

Um pássaro solitário em pleno voo. O traço de Lúcio Costa sugere imagens singelas e, conforme Sir William Holford, "todos os grandes planos são fundamentalmente simples".

É importante lembrar, que o edital do concurso exigia apenas "o traçado básico da cidade e um relatório justificativo". Tratava-se de "uma competição de idéias e não de detalhes", afirmou Sir Holford, rebatendo as críticas.

Sabe-se que Lúcio Costa só decidiu concorrer quando faltava pouco tempo para o encerramento das inscrições, como explica em seu relatório: "Não pretendia competir e, na verdade, não concorro — apenas desvinculo de uma solução possível que não foi procurada, mas surgiu, por assim dizer, já pronta".

Em abril de 85, numa entrevista à AU — revista de Arquitetura e Urbanismo, Lúcio Costa explicou a idéia inicial. O ponto de partida para o plano definitivo nasceu três meses antes do encerramento do prazo: foi durante uma viagem que fez a Nova Iorque naquela ocasião, a convite da Parsons School of Design, que a concepção amadureceu. Em passeios pela periferia, em ônibus Greyhound, pôde verificar como estavam sendo resolvidos os problemas viários; isso o ajudou a transferir a tecnologia rodoviária para o urbano, implantando a estação rodoviária no centro da cidade e evitando que aqueles que chegam a Brasília de ônibus tenham que descer na periferia.

Ali também surgiu a idéia de dar ênfase ao eixo que conduz à cidade, implantando o setor residencial coletivo ao longo dos 12 km do eixo e afastando as habitações individuais para as margens do lago.

Influência relevante para o urbanista foi o sistema milenar de terraços usado na China. "Foi uma inovação tirar partido dessa técnica em urbanismo atual, observou, explicando o caimento em direção do lago, o movimento de terra necessária para realizar o cruzamento em três níveis da plataforma. Com o volume de terra, o remblax, foi criada a Esplanada e, mais abaixo, a Praça dos Três Poderes, solta no chão cinco metros."

Além disso, diz, "tive a preocupação de conciliar as proposições do CIAM, hoje tão menosprezadas, com as minhas lembranças amorosas de Paris, os eixos, as perspectivas que dão à capital da França, aquela característica invejável, generosa e ampla.

Brasília é uma síntese das duas proposições".

Essa foi a concepção do projeto de nº 22, de Lúcio Costa, que a 16 de março de 1957, foi proclamado vencedor do concurso do Plano Piloto de Brasília. "O júri procurou encontrar uma concepção que apresentasse unidade e conferisse grandeza à cidade, pela clareza e hierarquia dos elementos. Na opinião dos membros, é o projeto que melhor integra os elementos monumentais na vida quotidiana da cidade, como Capital Federal, apresentando numa composição coerente, nacional, de essência urbana — uma obra de arte".

Desde essa data e, durante os quase 30 anos que se passaram, o Plano Piloto de Lúcio Costa vem causando acirradas polémicas. Foi grande o desencantamento sobre os concorrentes na época. Paulo Antunes Ribeiro (representante do IAB) não gostou do procedimento dos companheiros de júri, que elaboravam o relatório de classificação sem a sua participação e absteve-se de votar.

Críticas foram feitas, também ao projeto de edificações, por não ter sido submetido a concurso, e sim decidido pela Comissão do Plano.

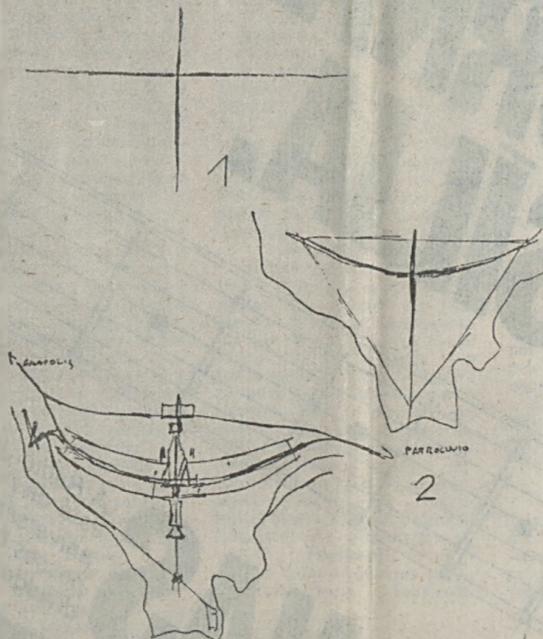
Durante toda a implantação do Plano Piloto, várias modificações foram acontecendo, todas cercadas de teor altamente

polêmico. E hoje, as discussões sobre o crescimento, desenvolvimento, conservação, preservação de Brasília se tornam ferrenhas.

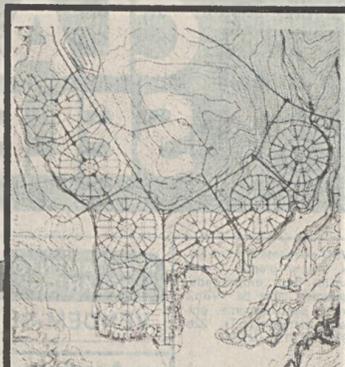
A participação da sociedade, principalmente da juventude — esta geração produto de Brasília — nos debates sobre a arquitetura e o desenvolvimento urbano da cidade, vai se tornando mais intensa à medida que a população vai assumindo sua postura de brasiliense, e/ou principalmente, sua postura de candango.

"Era um rabisco e pulsava", afirmou Carlos Drummond de Andrade, quando, na época da concepção de Brasília, Lúcio Costa lhe mostrou o risco. E aí está o rabisco a pulsar como metrópole brasileira. Com todas as influências europeias, chinesas, americanas, como síntese da miscigenação do povo brasileiro, aí está fundada, a cidade — capital, no coração do Brasil, imprimindo nossos traços na arquitetura moderna.

E a admiração de seu criador pode ser descrita na declaração feita durante a última visita que Lúcio Costa fez a Brasília no ano passado: "Quando vim do aeroporto para a cidade, me causou uma impressão belíssima aquela seqüência de quadras tão bonitas, aquela massa bem urbana de blocos longos em várias prumadas, soltos no chão, arborizados, serenos, nenhuma cidade do mundo tem isso".



"... era um rabisco e pulsava"



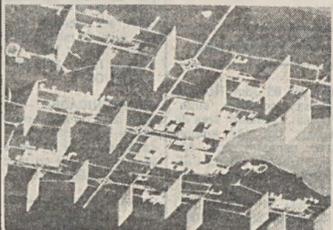
Nas cidades concêntricas não haveriam ônibus, mas calçadas rolantes

Uma cidade polinuclear (nº 8)

O projeto de Marcelo e Mauricio Roberto previa uma cidade composta de sete unidades urbanas, ligadas por transporte rápido. Cada uma das unidades deveria funcionar como uma cidade completa, prevista para abrigar 72 mil habitantes e organizava-se de forma concêntrica em torno de um núcleo, onde se situaria um dos ministérios e outros órgãos públicos. Apenas a Sede do Governo e os Três Poderes ficariam agrupados em local determinado, o Parque Federal.

A cidade polinuclear dispensava o automóvel e dentro das unidades não haveria possibilidade para ônibus, definido como anticomercial. Calçadas rolantes seriam o meio de se atingir o centro; as outras distâncias seriam alcançadas a pé.

As críticas do júri se fundamentaram na descentralização "válida para qualquer cidade, mas não para a capital nacional".



Grandes lâminas constituiriam bairros postos em pé

O tecnicismo caracteriza o plano (nº 17)

Rino Levi, Roberto Cerqueira César e L. R. Carvalho Franco apresentaram um projeto original e revolucionário, apoiado na mais avançada tecnologia.

Oito grandes lâminas de 350m de altura, 435m de comprimento e 18m de profundidade, dois sistemas de elevadores e passarelas ligando oito torres de 75 andares. Os blocos, na explicação dos autores, constituíam um bairro posto em pé.

O júri recebeu a proposta com uma certa reserva, pelo seu conteúdo tecnicista. Mas não deixa de reconhecer sua grande competência técnica.

Os autores afirmaram que decidiram por uma tese sobre o urbanismo de uma cidade do futuro, com maior liberdade de criação e sem nenhum compromisso em ganhar, pois no seu entender, a escolha do júri dependia de decisões políticas.



Ô júri quis evitar a hierarquização do projeto nº 2

Setorização por classes (nº 2)

O plano de Boruch Milmann, João Henrique e Ney Fontes Gonçalves notabilizou-se pelo zoneamento funcional separado. O distrito governamental, composto dos edifícios administrativos e dos blocos residenciais para os funcionários, seria situado próximo ao lago; o centro comercial, separado dessa área por um cinturão verde; e o setor de indústrias no ponto mais afastado. Entre os dois últimos, um bairro residencial para os que ali trabalham.

Uma grande artéria uniria as três áreas e a circulação de automóveis aconteceria totalmente independente da circulação dos pedestres. A bicicleta também foi pensada como meio de transporte, sendo previstas vias exclusivas para pedestres e ciclistas.

O Palácio do Governo, o Legislativo e o Tribunal teriam tratamento monumental, ocupando a praça central.

No relatório, os autores dizem que o planejamento seguiu métodos de arquitetura e urbanismo atuais, estabelecidos pelo CIAM (Congresso Internacional para a Arquitetura Moderna), mas adaptados à realidade do País.

As críticas do júri foram ao excesso de setorização do plano e à hierarquia de ocupação do espaço.

Cria-se uma cidade...

A 11 de março de 1957 foram encerradas as inscrições para o concurso do Plano Piloto de Brasília.

Nessa época, o cerrado já se transformava num imenso canteiro de obras em meio ao deserto Planalto Central. A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP, constituída a 22 de setembro de 1956, cujos estatutos foram aprovados dois dias depois, já havia tomado as primeiras e mais urgentes providências para dar início à construção da cidade: melhoria das estradas para Anápolis e Goiânia; construção do aeroporto, de prédios provisórios para administração da NOVACAP, de casas e alojamentos para funcionários e operários, do Catetinho; elaboração dos projetos do Palácio da Alvorada, do Hotel de Turismo (Brasília Palace), da Usina do Paranoá, do Serviço de Águas e Esgotos; e demais serviços necessários para instalação dos canteiros de obra.

A medida que as necessidades iam surgindo, foram-se constituindo departamentos da NOVACAP, que por vezes funcionaram durante algum tempo sem regulamentação necessária, tal era a urgência de cada um em iniciar e assumir a sua função.

O Departamento de Arquitetura e Urbanismo foi um dos primeiros a ser cons-

truído, e Oscar Niemeyer designado como diretor, encarregado dos projetos dos edifícios administrativos e governamentais da futura capital. O arquiteto, no entanto, não quis assumir a execução do planejamento urbano, sugerindo a instituição de um concurso nacional, organizado com a participação do Instituto de Arquitetura do Brasil — IAB.

O prazo estipulado foi de seis meses e dos 63 inscritos apenas 26 apresentaram seus projetos. As especificações eram vagas, oferecendo ampla liberdade de criação.

Os projetos tiveram como base uma carta na escala 1:1000, realizada através de levantamento aerofotogramétrico. Essa carta, que abrangia uma área de 150 km², situada entre o rio Tório e o ribeirão do Gama, foi executada em 1957 por uma firma especializada contratada pelo marechal João Pessoa, um incentivador de JK, que deu grande impulso para a seleção definitiva do sítio.

Os concorrentes
1 — Carlos Cascaldi, João Vilanova Artigas, Mário Wagner Vieira, Paulo de Camargo e Almeida (equipe);
3 — Boruch Milmann, João Henrique Rocha, Ney Fontes Gonçalves (equipe);
3 — Jorge Wilhelm;
4 — REDUTO Engenharia e Cons-

truções Ltda;
5 — Euripedes Santos;
6 — Alfred Martini;
7 — José Otacílio de Sabóia Ribeiro;
9 — M. M. Roberto;
9 — Construtora Duchon Ltda.;
10 — Rubem de Lima Dias;
11 — Oswaldo Corrêa Gonçalves;
12 — Stam Ltda.;
13 — J. B. Corrêa da Silva;
14 — Inácio Chaves de Moura;
15 — Flávio Amílcar R. Nascimento;
16 — Júlio José Franco Neves e Pedro Saraiva (equipe);

17 — Rino Levi, Roberto C. César e R. L. Carvalho Franco (equipe);
18 — João Kahir;
19 — Edgard Rocha Souza e Raul da Silva Vieitas (equipe);
20 — José Geraldo da Cunha Camargo;
21 — Pedro Paulino Guimarães;
22 — Lúcio Costa;
23 — Vitor Artese e outros (equipe);
24 — Henrique E. Mindlin e Giancarlo Palanti;
25 — José Marques Sarabanda;
26 — Construtecnia S. A.

A difícil tarefa de julgar
No dia 12 de março de 1957 foi instalada a Comissão Julgadora do Concurso Público, presidida pelo engenheiro Israel Pinheiro e composta pelos profissionais:

arquiteto Oscar Niemeyer, representante da NOVACAP; engenheiro Luiz Hildebrando Horta Barbosa, representante do Clube de Engenharia; arquiteto Paulo Antunes Ribeiro, representante do IAB; Sir William Holford, professor de urbanismo da Universidade de Londres; André Sive, arquiteto francês; Conselheiro do Ministério da Reconstrução da França; e Stamo Papadaki, arquiteto norte-americano de origem grega.

Em sua primeira reunião (12/03/57), a Comissão decidiu por uma pré-seleção dos trabalhos que merecessem uma análise mais detalhada. Dez projetos foram escolhidos.

Para essa análise, o júri considerou que "uma CAPITAL FEDERAL, destinada a expressar a grandeza de uma vontade nacional, deverá ser diferente de qualquer cidade de quinhentos mil habitantes. A CAPITAL, cidade funcional, deverá além disso ter expressão arquitetural própria. Sua principal característica é a fundação governamental".

Assim, era de fundamental importância para o júri, que o plano deveria expressar uma certa monumentalidade traduzida não só em seus edifícios, mas também no seu planejamento urbano. Os projetos foram analisados, inicialmente, sob o plano funcional e, em seguida, do ponto de

vista da síntese arquitetônica.

Dos dez projetos pré-selecionados, o júri apresentou uma seleção final de quatro que preenchiam os critérios estabelecidos:

— o de número 2 (dois), de Boruch Milmann, João Henrique Rocha e Ney Fontes Gonçalves;
— o de número 8 (oito), de M. M. M. Roberto;
— o de número 17 (dezessete), de Rino Levi, Roberto Cerqueira César e L. R. Carvalho Franco;
— o de número 22 (vinte e dois) de Lúcio Costa.

Classificação

Finalmente, no dia 16, depois de sérias discussões, o júri decide a classificação do concurso.

O 5º prêmio é concedido a três trabalhos: os de número 24, 26 e 1. O de 4º e 3º lugares receberam a mesma premiação sendo classificados os projetos nº 17 e nº 8, "por apresentarem alta qualidade plástica em harmonia com uma grande competência técnica". Para o 2º prêmio o júri escolheu o projeto nº 2, que "apresenta uma densidade conveniente, agrupando de maneira feliz as habitações na beira do lago". O 1º prêmio foi conferido ao projeto nº 22, de Lúcio Costa — "uma obra de arte".

Paulo Bertran

economista e historiador

Aracy Berocan

arquiteta

O sonho, a realidade, a utopia

"Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã de meu país e antevejo esta alvorada, com uma fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino". Com estas palavras escritas no Livro de Ouro de Brasília, em 2 de outubro de 1956, Juscelino Kubitschek marca ideologicamente o início da realização do antigo sonho, que foi alimentado por profecias e pré-destinações desde a independência mineira, em 1789.

Foi a sua primeira viagem ao local definido, pelo Relatório Belcher, para a construção da nova capital.

"O Brasil deve ser louvado pelo fato de ser a primeira nação da história a basear a seleção do sítio de sua Capital em fatores econômicos e científicos, bem como nas condições de clima e beleza". (Donald Belcher, 1955).

Belcher realizou um estudo minucioso no Retângulo do Congresso que, através das análises realizadas anteriormente pelas diversas comissões (Cruis, Poli Coelho e a própria Comissão de Localização), foi definido pelo Congresso como a área ideal para a construção de Brasília.

Com base em mosaicos aerofotogramétricos, a equipe norte-americana realizou estudos de geologia, utilização da terra, solos para engenharia, solos para agricultura e apresentou dentro dos 52.000km² do Retângulo do Congresso, cinco sítios de 1.000km², definidos por cores, considerados como adequados à instalação do DF. Finalmente, em 15 de abril de 1955, a Comissão de Localização escolhe o sítio castanho como o definitivo para Brasília.

A implantação da capital no coração do Brasil já era, também, uma antiga proposta. Naquela época, entretanto, a localização territorial de Brasília, transformou-se em estratégia no sentido de responder a necessidade de articulação do sudoeste com o centro-oeste e o nordeste. Situada num grande vazio demográfico e econômico, a cidade surgia com um local atrativo para desviar as correntes migratórias e como ponto de apoio para a expansão do interior do Brasil.

Brasília nasce numa fase em que se intensifica a industrialização no país. A sociedade se transforma diante do desenvolvimento da economia industrial, e a migração campo-cidade, cada dia mais intensa, define as características da urbanização capitalista. As cidades, em seu crescente inchaço, vão expulsando para a periferia os excedentes da mão-de-obra não especializada e não aproveitada no processo industrial.

Como nos países europeus, a industrialização no Brasil impulsiona a urbanização como forma de organização do espaço necessário à produção capitalista. É interessante observar que o processo urbano brasileiro, em determinados momentos, aconteceu concomitantemente com o europeu. A criação de cidades como Belo Horizonte e Goiânia são exemplos característicos do urbanismo racionalista funcional. Em verdade, recebeu-se uma herança europeia, sem a menor atitude analítica do espaço das cidades brasileiras.

Brasília comparece na história urbana como um marco de experiência e um teste na concepção urbanística moderna. Como principal objetivo na nova organização do espaço, buscava-se uma nova nova sociabilidade urbana. "Reunir cada um destes espaços de vizinhança (constituídos por um conjunto de quatro superquadras com os necessários complementos) as diferentes classes sociais, que seriam assim integradas em todo o conjunto urbano e não estratificadas em bairros "ricos" e "pobres" (Lúcio Costa). Segundo Le Corbusier, uma das principais figuras do urbanismo moderno, a cidade nova busca encontrar o equilíbrio entre o homem e seu meio. Da harmonia social entre as classes, a partir de um espaço novo, espera-se uma cidade-utopia. A própria utopia (não lugar) de Thomas Moore: uma ilha que contém uma série de cidades, todas iguais, organizadas como um jogo de xadrez, para uma coletividade social.

E hoje, aí está o urbanismo de Brasília. A dicotomia entre realidade e utopia. Uma cidade hierarquizada em Lago, Plano Piloto e Cidades-Satélites, configurando visualmente a pirâmide social. Mas, este é o nosso principal assunto para o próximo domingo.